



# Anais da Assembleia

Nº 81

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 24 DE JUNHO DE 1977.

ANO III

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 121ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 1977

### SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados Muggiati Filho e Werner Wanderer.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. OLAVO SEIDEL, ocorrido ontem na cidade de Antonina.

Outrossim, aprovado o presente, seja participado a decisão da Casa à família enlutada, na pessoa do Sr. ÉRICO SEIDEL, na cidade de Antonina.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao digníssimo Secretário de Estado da Indústria e Comércio, Dr. LUIZ GONZAGA PINTO, solicitando seja feito um levantamento do número de moinhos coloniais e respectivos cilindros, bem como a capacidade de moagem em todo o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1977.

(a) LÁZARO DUMONT

### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal solicitação, pois somente assim teremos condições de nos cientificarmos da autêntica capacidade moageira no Estado do Paraná.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando que vem sendo notada no município de Tuneiras do Oeste e em outros da região, crescente incidência da "doença de Chagas, causada pelo Trypanosoma Cruzi, transmitido por um hematófago denominado Triatoma Infestans, o vulgar "barbeiro" que, conforme descreve o Professor Samuel Pessoa "habita os domicílios humanos, atacando o homem à noite, depois de apagadas as luzes, ocultando-se durante o dia nas frestas das paredes, nas coberturas das casas, em todos os esconderijos, enfim, onde possa encontrar guarrida".

Considerando que para o combate ao terrível mal recomenda-se, além de campanhas de esclarecimentos, luta direta contra os triatomídeos com eficazes inseticidas, bem como a eliminação aos animais domésticos portadores do T. Cruzi, como o cão e o gato, que desempenham importante papel como reservatórios de vírus nos domicílios.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes à Secretaria da Saúde e Bem Estar Social e à Secretaria da Agricultura, solicitando urgente promoção de campanha esclarecedora de medidas de combate à referida doença que muito tem prejudicado o povo paranaense.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1977.

(a) EZEQUIAS LOSSO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas prerrogativas, requer após ouvido o Plenário, o envio de expedientes, assim distribuídos: ao Senhor Governador do Estado, ressaltando a necessidade da implantação do eixo industrial MARINGÁ-CAMPO MOURÃO e a criação da Região Metropolitana de MARINGÁ; ao Ministério dos Transportes pleiteando a construção de ferrovia interligando os municípios de MARINGÁ-CAMPO MOURÃO-CASCADEL; à Secretaria de Planejamento enfatizando a imperiosidade da inclusão do Município de CAMPO MOURÃO no Programa Paranaense para as Cidades de Porte Médio; à Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU) do Ministério do Planejamento, reivindicando celeridade no processamento para obtenção de recursos financeiros necessários ao atendimento do Programa Paranaense para as cidades de Porte Médio; ao Ministério de Educação e Cultura, encarecendo imediatismo no processo da federalização da Universidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

### JUSTIFICATIVA:

Aproximadamente 400 mil habitantes povoam os municípios de CAMPO MOURÃO e MARINGÁ numa área territorial de quase 2.500 quilômetros quadrados.

A notável e estratégica localização geográfica dessas duas células administrativas paranaenses, aliada ao incontestável surto desenvolvimentista que as caracterizam, geraram, no decorrer da última década, suas posições de comunidades polarizadas da mais importante região do Estado — a Central — abrangendo quase 150 municípios abrigando globalmente mais de quatro milhões de habitantes.

Nos últimos anos, CAMPO MOURÃO e MARINGÁ, impulsionados pela dinamicidade da produção dos setores primário e secundário, estão marcados pela política de unir e somar.

Notabiliza-se aquela região pela atração que exerce sobre indústrias que para ela demandam, fugindo da saturação sulista.

As diversificadas tendências econômicas que na região Centro se verificam, são fatores de incessante movimento migratório.

Para se acompanhar a salientada e patenteada expansão da agroindústria e sócio-populacional dos municípios de CAMPO MOURÃO e MARINGÁ e da vasta região por eles polarizadas, carece-se fundamental e imprescindivelmente de que os governos Estadual e Federal canalizem recursos financeiros vitais para o desenvolvimento da infra-estrutura geral daquela área o que possibilitará a ativação de complexos econômicos capazes de proporcionar suprimento à população nela radicada em termos de total absorção de mão-de-obra.

Por outro lado, sendo notória a evasão de capital acompanhado de levadas de famílias que, sentindo a terra cansada, desprovidas das mínimas condições para explorá-la, procuram no Estado de Mato Grosso ou na região Amazônica, no Paraguai ou mesmo na capital do Estado de São Paulo, os meios de subsistência que aqui lhes são negados, torna-se fatalmente obrigatório que os governos do Estado e da Nação encarem com maior seriedade este fenômeno de todo prejudicial ao Paraná e, em regime de emergência, da planificação transportem de imediato para o campo da ação, as medidas equacionadoras desse anti-paranista estado de coisas. Exige-se portanto, que o Governo do Estado do Paraná, atente para a acentuada remessa de divisas paranaenses para outras plagas e para o incessante êxodo populacional que vem provocando o esvaziamento de cidades ou mesmo de regiões inteiras.

Como alerta e a título de sugestão, reivindicamos das autoridades nominadas na SÚMULA da presente proposição de conformidade com suas respectivas alçadas, o pronto atendimento a necessidades que contribuiriam enormemente, de forma racional e prática para a consolidação do até agora inalcançável nivelamento da soberania sócio-econômica paranaense.

Isoladamente, demonstrando séria antevisão de um obscuro porvir, o vereador José Pedroso Fabri, através de trabalho sensato e bem direcionado está reivindicando junto à Prefeitura do Município de Campo Mourão, através de sua Câmara, a criação de parque industrial, atitude esta, norteadas logicamente pelo já profetizado futuro daquele município designado pelas suas características, como polo sedizador de importantes complexos fabris.

Basicamente, as reivindicações que hoje delineamos, aliadas ao apelo de Pedroso Fabri, se atendidas, dentro de curto prazo, elevará sobremaneira a riqueza do Estado, dando-lhe condições para melhor se situar — acima das demais unidades da Federação, em termos relativos à oferta de condições para crescimento de cada um.

Se, "segundo os cálculos da Coordenadoria de Estudos e Projetos da Secretaria do Planejamento para a implantação de projetos" objetivando o desenvolvimento de infra-estrutura em 13 cidades: — Irati, Cornélio Procopio, Cambé, Rolândia, Arapongas, Cianorte, Cruzeiro do Oeste, Assis Chateaubriand, Toledo, Francisco Beltrão, União da Vitória, Rio Negro e Telmaco Borba, serão necessários recursos da ordem de Cr\$ 6.500.000,00 — é de se cobrar do Governo do Estado que determine a elaboração destes projetos de forma global, abrangendo simultaneamente os municípios de Maringá, Campo Mourão, Paranavaí e demais cidades que foram — erroneamente — consideradas como médias no Estado. Que se dilate a importância já calculada, com a adição de recursos necessários, à implantação do eixo industrial MARINGÁ-CAMPO MOURÃO; à construção de ferrovia interligando os municípios de Maringá-Campo Mourão-Cascavel. Serão investimentos cujos lucros serão reembolsáveis a curto prazo. É mister salientar que toda a região polarizada pelo eixo MARINGÁ-CAMPO MOURÃO-PARA-

NAVAÍ-UMUARAMA, clama impaciente pela federalização da Universidade hoje Estadual de Maringá. A demora dessa medida mostra o alheamento do senhor Ney Braga quanto aos anseios de seu Estado.

## PROJETO DE LEI:

### PROJETO DE LEI NÚMERO 84/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública, através do seu escritório no Estado do Paraná, a Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil, com sede e foro na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1977.

(a) FABIANO BRAGA CORTES

## JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil, APLUB, é uma Sociedade Civil sem fins lucrativos, com escritórios em quase todos os Estados do Brasil, que congrega os profissionais liberais, portadores de diploma de curso universitário, bem como associados de outras categorias profissionais.

O objetivo principal da Associação é a prestação de assistência previdenciária, além de colaborar com outras entidades, visando fins culturais e de incentivo a pesquisas científicas.

A prestação de serviços que vem oferecendo aos seus inúmeros associados nos diversos Estados onde possui suas agências, já grangeou o reconhecimento público, conforme dossiê que anexamos ao presente.

A documentação inserida, dão conta do preenchimento pela entidade dos requisitos essenciais exigidos pela legislação estadual e federal reguladora do instituto da declaração de utilidade pública, razão pela qual esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio.

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O município de Medianeira não tem suas contas regularizadas desde 1972. Os lançamentos contábeis não estão ajustados aos padrões que devem ter as contas municipais. As contas do município de Medianeira, relativas aos anos de 1972, 1973, 1974 e 1975 não estão em ordem.

Talvez porque o Prefeito Luiz Bonato, nomeado para o cargo, desconheça ainda a escrituração regular, a padronização que rege essas contas. Talvez porque não tenha assessores à altura das responsabilidades.

A Câmara Municipal, possivelmente, enfrenta os mesmos problemas dos municípios que têm prefeitos nomeados: vivem sob um poder interventor, vivem diminuídos em sua expressão política perante uma figura forte, nomeada por gente forte e garantida por gente forte.

Nessas circunstâncias as Câmaras Municipais deixam de ser bastante ativas na fiscalização, sem saber como proceder em relação ao interventor. Qualquer ato de severidade fiscalizadora, de comportamento rígido segundo normas e preceitos públicos pode desencadear uma repressão, uma represália, uma perseguição política e até fiscal.

Não é fácil encontrar os caminhos que tiveram os vereadores de Santa Helena. É preciso muita firmeza, muitos debates e decisão, com o apoio de toda a comunidade.

Mas, como os tempos estão mudando, esperamos que o povo e os vereadores de Medianeira passem a uma posição mais ativa e firme para que seu município possa viver sob uma admi-

nistração regular, equilibrada e eficiente.

As contas irregulares do município de Medianeira já constituem um abuso. As contas de 1972, 1973, 1974 e 1975 não foram aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Ficamos sem saber se o Tribunal de Contas do Estado deve mudar sua análise das contas, modificar os critérios em que se baseia para inspecionar contas, para analisar balanços.

Como os modelos padronizados de análise, os critérios que são usados com certeza são os mesmos de todo o País, parece que o município de Medianeira, melhor, a atual administração municipal deveria mudar seu sistema de contabilidade, sua escrituração de contas; seus comprovantes.

Há algumas despesas que as prefeituras não podem fazer; há necessidade de fazer os registros certos das contas e o confronto entre receitas e despesas. E tudo deve estar devidamente registrado.

A FAMEPAR não tem conseguido que muitos prefeitos, particularmente os prefeitos nomeados pelo governo, façam um estudo das leis, normas e regulamentos que regem a vida municipal. E a maioria desses prefeitos não estando preparada mas gozando de poderes ilimitados espera inovar em administração e em prestação de contas.

Alguns desses prefeitos, graças à situação especial, acreditam que poderão impunemente conseguir a aprovação de suas contas, mesmo que o Tribunal de Contas do Estado dê o parecer contrário a isso. É uma questão de força, no entender, desses interventores.

E muitas vezes convencem vereadores de que basta a Câmara Municipal aprovar as contas irregulares e fica inovada a administração municipal.

Essas contas demonstram a lisura e a moralidade na administração".

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador)  
O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, e Srs. Deputados.

Nos últimos meses, viveu o País o intenso debate sobre o problema da implantação ou não do divórcio em nossa Pátria. As manifestações das mais diversas áreas da comunidade brasileira se fizeram ouvir. Os divorcistas acusando a Igreja de pressões para que a medida não fosse implantada. Os anti-divorcistas procurando de todas as maneiras, realmente, obstaculizar a aprovação da emenda.

Em verdade, o que se viu nesses últimos tempos foi a discussão de um tema que nós, desde o início, não entendemos de relevância, porém, que ganhou as manchetes e ganhou as preferências da imprensa de nossa Pátria.

Houve, pela primeira vez, depois da Revolução de Março, a liberdade do Congresso Nacional em tomar uma decisão. Mas, nós aqui ficamos pensando. Nossa opinião pessoal, contrária à implantação do divórcio no País já foi por diversas vezes publicada e debatida. Hoje eu entendo que não se pode mais discutir se é válida ou não a medida, porque ela passará, dentro de poucos dias a fazer parte da nossa Constituição e ela terá que ser respeitada inegavelmente.

E eu vejo no "O Estado do Paraná" de hoje, uma notícia com destaque: "Geisel favorável ao divórcio". Será que foi apenas por isso que o Congresso Nacional teve liberdade para discutir o tema? Ou estamos agora saindo, iniciando uma nova era para que o Congresso e a classe política do País possam discutir também outros temas de grande importância para a Nação, sem a influência do Poder Executivo, sem as amarras do Poder Revolucionário?

Eu espero que deste momento em diante, desta manifestação do Congresso de liberdade do Congresso, possam também os nossos Deputados e os nossos Senadores passar a discutir com liberdade, com a liberdade que não tiveram para discutir a

Reforma Judiciária, quando o Presidente resolveu fechar o Congresso para poder fazer a Reforma que ele queria. Mas espero que daqui para a frente, Sr. Presidente, possa o Congresso Nacional revivido, rejuvenescido com o debate da emenda constitucional implantando o divórcio no nosso País, discutir a constitucionalização da nossa Pátria; discutir com liberdade todos os problemas econômicos existentes em nosso País; possa a nossa juventude universitária promover as suas conferências dos mais ilustres homens de letras de nossa Pátria, falando com liberdade sem mais as pressões policiais que se viram em nosso Estado e em vários outros Estados de nosso País, nos últimos tempos.

Eu espero, embora contristado pela aprovação do divórcio em nosso País, mas sem poder combatê-lo mais, que seja esta manifestação de liberdade estendida agora para todas as áreas de nossa Pátria. Que os nossos estudantes possam, como já disse, manifestar-se livremente; que os nossos direitos humanos possam ser debatidos e estejam garantidos de fato; que as nossas donas de casa possam também falar sobre as dificuldades que estão tendo de manter o seu orçamento doméstico. Tudo isso tão truncado, tão dificultado e quantos direitos vilipendiados!

Eu espero, neste momento que o Congresso Nacional voltou a viver os seus grandes dias, com liberdade, seja o início, como já disse, de uma nova era. Porque se assim não fôr, nós vamos ter apenas que acreditar nesta manchete deste jornal que já citei. Foi aprovado apenas, porque o Presidente da República era favorável. Quando ele quer ele faz aprovar. Confunde a opinião pública, dizendo que há liberdade, mas, por baixo do pano deve ter influenciado os seus Deputados, as suas lideranças para votar favorável à implantação do divórcio neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou enderçando à Mesa, um requerimento que visa tratar de um problema grave que ocorre nos municípios de Chopinzinho, São João, São Jorge e Quedas do Iguaçu, em face do futuro alagamento da bacia de acumulação da Usina de Santiago, e em face de decretos presidenciais que consideraram aquela área, prioritária para a reforma agrária.

Deduzimos como justificativa a este requerimento a seguinte motivação: (Lê):

Pela ação desapropriatória de número 4.500, que tramita na Primeira Vara da Justiça Federal, aqui em Curitiba, tem-se a prova que nenhum dos proprietários das terras alagadas pela Usina de Salto Osório, no Rio Iguaçu, conseguiu receber a devida indenização, muito embora aquela Usina, já tenha sido inaugurada e esteja em funcionamento há mais de ano. A verdade porém, é que muitos dos desapropriados, mesmo depois de terem parte de suas terras alagadas, ainda assim, tiveram que pagar e estão pagando ao INCRA, pela titulação de propriedade que já não mais usufruem.

Objetiva o requerimento evitar-se, agora na Usina de Salto Santiago, aquilo que ocorreu em Salto Osório. A situação daqueles municípios atingidos é mais grave ainda face a lei desapropriatória que considera área prioritária para reforma agrária. Referimo-nos aos Decretos Presidenciais de número 78.422 e de número 78.423, ambos de 15/09/76.

Ocorre, que com a necessidade da expedição de novos títulos de domínio, agora pelos decretos acima referidos, ao encargo do INCRA, a documentação existente passou a ser desconsiderada, mormente pela rede bancária, a qual já não mais a aceita para servir como garantia a empréstimos rurais. Fácil aquilatar as restrições da agricultura com tal procedimento por parte dos Bancos, inclusive o Banco do Brasil S/A. Daí a necessidade de uma intervenção governamental, para que a documentação considerada válida ao tempo do decreto presiden-

cial, o continue sendo, ao menos, para constituir garantia real junto à rede bancária, que possui meios e estrutura própria para certificar-se quando o título de domínio apresentado como garantia, corresponde a posse da terra mantida pelo tomador do empréstimo.

Outro objetivo do requerimento, é alertar a ELETROSUL S/A., para o fato de que sua ação junto aos proprietários atingidos pela inundação, no sentido de minorar-lhes os prejuízos, pode e deve ser aquela de absorver, desde já, junto ao INCRA e demais instituições, todas as despesas que se relacionem com as terras que formarão a bacia de acumulação da Usina de Salto Santiago. Naquelas propriedades, que haja necessidade de titulação do INCRA, que ajuste-se, com o proprietário, a expedição direta à ELETROSUL do domínio, não só poupando-se uma transação supérflua, mas acarretando prejuízo aos desapropriados. Finalmente, busca-se um preço mais condizente com a realidade fundiária da região e não pelos critérios usados anteriormente pela ELETROSUL. Com o preço real, evitar-se-á inclusive a lide judicial pois o objetivo é que não se afaste a população da região”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tendo em vista de que o preço oferecido pela ELETROSUL, nas desapropriações anteriores é muito aquém do preço real.

Tem ocorrido que as famílias lá residentes e que na contingência do alagamento das áreas, têm que se afastar da região, se não receberem previamente, a indenização devida, acabam se afastando da região. E os decretos presidenciais, visam exatamente o contrário; com que se solidifique, com que fiquem na região, aquelas famílias.

Assim, pela política da ELETROSUL, está se buscando exatamente o inverso do que pretende o Decreto Presidencial que considera a área proprietária, para a reforma agrária.

O nosso requerimento está vazado nos seguintes termos, Sr. Presidente: (Lê):  
“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer expressa manifestação e aprovação do Plenário, para formular ao Exmo. Sr. Presidente da República, Ministros da Agricultura, Minas e Energias, Presidente do INCRA e Presidência da ELETROSUL S/A., o seguinte requerimento:

**PRIMEIRO** — Sejam expedidas instruções à Rede Bancária dos Municípios abrangidos pelo Decreto 78.422 de 15/9/76, que considera área prioritária para reforma agrária, a fim de que os estabelecimentos bancários, continuem aceitando, para garantias imobiliárias a empréstimos agrícolas e pecuária, os imóveis titulados e inscritos até a data do Decreto, nos respectivos Registros de Imóveis, tendo em vista a negativa atual dos Bancos em aceitar como documentação hábil aqueles títulos de domínio.

**SEGUNDO** — Que fique ao encargo direto e imediato da ELETROSUL, todas as despesas decorrentes com medição e titulação, da parte dos respectivos imóveis que forem incluídos na área destinada à Bacia de Acumulação da Usina de Santiago, no Rio Iguaçu, evitando-se assim o que ocorre com os proprietários que tiveram terras alagadas pela Usina de Salto Osório, os quais, ainda estão pagando a titulação para o INCRA, embora não tenham mais a posse das terras e também não tenham ainda recebido a devida indenização.

**TERCEIRO** — Que seja determinado à ELETROSUL, tentar um ajuste amigável com os desapropriados, oferecendo aos mesmos o preço real da região, ou então que seja a transação efetuada na base de permuta, afim de reter aquela população nos próprios municípios do Vale do Iguaçu.

Sala das Sessões, aos vinte e dois dias do mês de junho de 1977 e que a da decisão adotada, dê-se imediata comunicação ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná”.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Consulto a Liderança do MDB se deseja ocupar o tempo que lhe é reservado. — (Pausa). — Já que declina, consulto a Liderança da ARENA se deseja ocupar o tempo que lhe é reservado. — (Pausa).

Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulsos distribuído aos Srs. Deputados.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei número 33/77, que declara de utilidade pública a “Associação dos Servidores Públicos de Andirá”, com sede e foro na cidade do mesmo nome. — **APROVADO.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução número 18/77, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 120/77 — aprova o termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o município de Assaí, para assistência técnica e financeira, tendo em vista melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau. — **APROVADO.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução número 20/77, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 122/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o município de Bandeirantes, para assistência técnica e financeira ao ensino de primeiro grau. — **APROVADO.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução número 22/77, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 127/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o município de Cascavel, objetivando assistência técnica e financeira à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau. — **APROVADO.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução número 24/77, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 56/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o município de Cianorte, objetivando assistência técnica e financeira, à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau. — **APROVADO.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução número 26/77, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 132/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o município de Foz do Iguaçu, objetivando assistência técnica e financeira à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau. — **APROVADO.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução número 30/77, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 138/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o município de Iporã, objetivando assistência técnica e financeira, à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau. — **APROVADO.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução número 31/77, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 146/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná,

através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de MARIALVA, objetivando assistência técnica e financeira, à melhoria da rede municipal de ensino de 1.º grau. APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 34/77, Mensagem 56/77, ex-Proposição 149/77 — aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de PARANAGUÁ, objetivando assistência técnica e financeira, à melhoria da rede municipal de ensino de 1.º grau. APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 35/77, Mensagem 56/77, ex-Proposição 162/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de UNIÃO DA VITÓRIA, objetivando assistência técnica e financeira, à melhoria da rede municipal de ensino de 1.º grau. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 48/77, Mensagem 22/77, ex-Proposição 183/77 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 51/77, Mensagem 50/77, ex-Proposição 196/77 — aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, destinado a implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados, conforme especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 53/77, Mensagem 50/77, ex-Proposição 198/77 — aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de FOZ DO IGUAÇU, destinado a implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados, conforme especifica. APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 55/77, Mensagem 50/77, ex-Proposição 203/77 — aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de ANTONINA, destinado a implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores conforme especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 57/77, Mensagem 50/77, ex-Proposição 205/77 — aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de ASTORGA, objetivando implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados em exercício nas quatro las. séries do 1.º grau. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 58/77, Mensagem 50/77, ex-Proposição 214/77 — aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de SANTA HELENA, objetivando a implementação do PROJETO LOGOS II — habilitação de professores não titulados, conforme especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 60/77, Mensagem 48/77, ex-Proposição 227/77, aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria

de Educação e Cultura, com o Município de FLORAÍ, objetivando transferência de recursos a serem aplicados na área da Educação Física e Desportos. — APROVADO.

REDAÇÃO — do Projeto de Resolução 62/77, Mensagem 48/77, ex-Proposição 233/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de ANTONINA, objetivando transferência de recursos conforme especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 70/77, Mensagem 51/77, ex-Proposição 250/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração com o Município de CENTENÁRIO DO SUL, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a DELEGACIA DE RENDAS INTERNAS. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 72/77, Mensagem 53/77, ex-Proposição 253/77, aprova o termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de MIRASELVA, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica. APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 76/77, Mensagem 42/77, ex-Proposição 278/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, por intermédio do Departamento de Ensino Supletivo, com objetivos que especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 77/77, Mensagem 43/77, ex-Proposição 279/77 — aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Ministério da Educação e Cultura, visando execução do Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 76/77. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 79/77, Mensagem 40/77, ex-Proposição 296/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o Ministério da Educação e Cultura por intermédio do CENESP, objetivando assistência técnica e financeira na realização do curso de atualização para professores de classe comum. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 81/77, Mensagem 44/77, ex-Proposição 299/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo Federal através do Ministério da Educação e Cultura, com o Colégio Nossa Senhora Medianeira desta Capital. APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Olavo Seidel, ocorrido na cidade de Antonina. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes à Secretaria da Saúde e Bem Estar Social e à Secretaria da Agricultura, encarecendo providências para promoção de campanha esclarecedora de medidas de combate à doença de Chagas. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, encarecendo seja

feito um levantamento do número de moinhos coloniais e respectivos cilindros, bem como a capacidade de moagem em todo o Estado do Paraná.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Planejamento, no sentido de que esta Casa receba as devidas informações, visando ser dado conhecimento das intenções oficiais quanto à exploração comercial das linhas aéreas de 3o. nível, objetivando a integração das diversas regiões do nosso Estado.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República, Ministros da Agricultura, Minas e Energia, Presidente do INCRA e Presidente da ELETROSUL S.A., encarecendo medidas de proteção aos proprietários de terras desapropriadas nos municípios à margem do Rio Iguaçu.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Piétrangelo, constante do expediente, solicitando sejam enviados expedientes ao Sr. Governador do Estado, ressaltando a necessidade da implantação do eixo industrial Maringá-Campo Mourão e a criação da Região Metropolitana de Maringá; ao Ministro dos Transportes pleiteando a construção de ferrovia interligando os municípios de Maringá-Campo Mourão-Cascavel e a diversas autoridades reivindicando diversas melhorias.— APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 27, à hora regimental, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 475/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 4970, de 26 de maio de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16/11/70, alterado pelo Art. 2o. da Lei 6742, de 03/12/75, em favor de ISAURA BUENO, mat. 204, ocupante do cargo de nível PL“17”, da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio “DEZENOVE DE DEZEMBRO”, em 22/06/77

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 476/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 4941, de 25/05/77, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16/11/70, alterado pelo Art. 2o., da Lei 6742, de 03/12/75, em favor de RUBENS DAMAS, mat. 371, ocupante do cargo de nível PL“22”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio “DEZENOVE DE DEZEMBRO”, em 22/06/77

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 477/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 4182, de 10 de maio de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder, a IRACY DA SILVA RUDNIK, mat. 203, ocupante do cargo de nível PL“17”, da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 07 de janeiro de 1977, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio “DEZENOVE DE DEZEMBRO”, em 22/06/77

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

#### PORTARIA NÚMERO 530/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 5941, de 17/06/77, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder à funcionária DIVA DO VALLE CAVALCANTI, mat. 240, ocupante do cargo de nível PL“23”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 14 de junho de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de junho de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

#### PORTARIA NÚMERO 531/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 5575, de 07/06/77, deste Poder,

#### RESOLVE:

I — autorizar os funcionários contratados deste Poder, TADEU LUKA e DEISE XAVIER DEL CORSO, a prestarem serviço extraordinário, num total de quarenta (40) horas extras, a partir de junho do corrente; e,

II — autorizar o funcionário contratado deste Poder, DIRCEU DA SILVA, a prestar serviço extraordinário, num total de setenta (70) horas extras, a partir de junho do corrente.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de junho de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

#### PORTARIA NÚMERO 532/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 3583, de 28 de abril de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar a funcionária JANETE DA SILVA SANTOS, mat. 338, ocupante do cargo de nível PL“23”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da 2a. Secretaria.



Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de junho de 1977  
FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 533/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 5718, de 14/06/77, deste Poder,

**R E S O L V E:**

autorizar o funcionário contratado deste Poder ADEMIR BORCK, a prestar serviço extraordinário, num total de cinquenta horas extras, a partir do mês de junho do corrente.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de junho de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 534/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 5794, de 15/06/77, deste Poder,

**R E S O L V E:**

autorizar o funcionário contratado deste Poder, JEAN VILLENAVE, a prestar serviço extraordinário, num total de setenta (70) horas extras, a partir do mês de junho do corrente.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de junho de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

**DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 462/77**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 3480, de 26/04/77, deste Poder,

**R E S O L V E:**

I - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16/11/70, ao acervo de serviço público de DELTA DE ALMEIDA CARDOSO, mat. 239, ocupante do cargo de nível PL“27”, da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio compreendido entre 15 de setembro de 1972 e 15 de maio de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1971, 1972, 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro; e,

II - conceder o adicional de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei, a partir de 21 de fevereiro de 1977, data em que, em razão da incorporação correspondente ao sexto quinquênio, completou trinta e dois (32) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio “DEZENOVE DE DEZEMBRO”, em 15/06/77

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1o. Secretário  
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2o. Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 463/77**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 2669, de 05/04/77, deste Poder,

**R E S O L V E:**

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16/11/70, com nova redação dada pelo Art. 2o., da Lei 6742, de 03/12/75, em favor de MARIA

STELLA MADER DO AMARAL GURGEL, mat. 105, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1976, que deixou de gozar;

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 01 de fevereiro de 1972 e 01 de agosto de 1975, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio e das férias referentes aos anos de 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro; e,

III - conceder o adicional de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei 6174, a partir de 30 de setembro de 1976, data em que, em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio “DEZENOVE DE DEZEMBRO”, em 15/06/77

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1o. Secretário  
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2o. Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 464/77**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 4537, de 17 de maio de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

revogar a peido o Decreto Legislativo 71/73, de 02 de março de 1973, que designou o funcionário NICANOR DE VASCONCELLOS SOUZA, mat. 014, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços de Assessoramento no Gabinete da Presidência.

Palácio “DEZENOVE DE DEZEMBRO”, em 15/06/77

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1o. Secretário  
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2o. Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 465/77**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 3670, de 29/04/77, deste Poder,

**R E S O L V E:**

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16/11/70, com nova redação dada pelo Art. 2o., da Lei 6742, de 03/12/75, em favor de JOAQUIM MUNHOZ DE MELLO, mat. 028, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias referentes aos anos de 1975 e 1976, que deixou de gozar;

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei 6174, ao seu acervo de serviço público o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções terceiro quinquênio compreendido entre 31 de agosto de 1970 e igual data de 1975; e,

III - conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei 6174, a partir de 31/08/75, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 15/06/77

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário.

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 466/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 4448, de 16/05/77, deste Poder,

#### R E S O L V E:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16/11/70, ao acervo de serviço público de IRACILDA SILVA SERTÓRIO, mat. 247, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1967, 1968 e de quinze dias de 1970, contadas em dobro; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da citada Lei, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio compreendido entre 13 de dezembro de 1971 a 13 de outubro de 1975, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1971 e 1974, contadas em dobro.

Palácio "DEZEMBRO", em 15/06/77

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 467/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 3908, de 04/05/77, deste Poder,

#### R E S O L V E:

I — retificar "ex-ofício", o inciso II, do Decreto Legislativo 225/75, de 23/04/75, para declarar que o acréscimo concedido pelo mesmo, de mais cinco por cento sobre os vencimentos de EMERENTINO DA CRUZ PACCA, mat. 496, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, é a partir de 25 de janeiro de 1973, e não como consta naquele ato;

II — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16/11/70, com nova redação dada pelo Art. 2o. da Lei 6742, de 03/12/75, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias referentes aos anos de 1975 e 1976, que deixou de gozar;

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro decênio compreendido entre 25 de janeiro de 1963 e igual data de 1973; e,

IV — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos de acordo com o Art. 170, da mesma Lei 6174, a partir de 25/09/76, data em que, em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias referentes aos anos de 1974 e 1975, contadas em dobro, completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos

legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 15/06/77

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 468/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 4282, de 12/05/77, deste Poder,

#### R E S O L V E:

conceder a JÚLIA JOLINSKI DE PAULA, mat. 560, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quota de salário família correspondente ao dependente Luiz Plácido de Paula, seu marido inválido, nos termos do Art. 196, inciso V, da Lei 6174, de 16/11/70, combinado com o Art. II, inciso I, da Lei Federal 3807, de 26/08/60, a partir de 12/05/72, por força da prescrição quinquenal prevista pelo Código Civil.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 15/06/77

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 469/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 3228, de 19/04/77, deste Poder,

#### R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16/11/70, com nova redação dada pelo Art. 2o. da Lei 6742, de 03/12/75, em favor de FRANCISCO DRANKA, mat. 066, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, nível PL "30", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias referentes aos anos de 1975 e 1976, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da referida Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro decênio, compreendido entre 01 de março de 1961 a 01 de novembro de 1970, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1966 e 1967, contadas em dobro; e,

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o dispositivo legal antes invocado, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio compreendido entre 01 de novembro de 1970 e 01 de março de 1974, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias referentes aos anos de 1970, 1971, 1972 e 1973, contadas em dobro.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 15/06/77

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 470/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 4449, de 16/05/77, deste Poder,



**RESOLVE:**

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da Lei 6174, de 16/11/70, ao acervo de serviço público de JUDETH SCHOLTZ, mat. 463, ocupante do cargo nível PL "27", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 15 de dezembro de 1972 e 15 de abril de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio e das férias referentes aos anos de 1972, 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 15/06/77

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 471/77**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 2816, de 11 de abril de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

aposentar, nos termos do Art. 140, inciso I, da Lei 6174, de 16/11/70, NILCE MACEDO FIGUEIREDO, mat. 033, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, nível PL "30", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais de Cr\$ 17.088,09 (dezesete mil e oitenta e oito cruzeiros e oito centavos), incluídos nesse total, vinte e cinco por cento de acréscimos trienais, de acordo com o Art. 4o., da Resolução 2/64, de 21/02/1964; vinte e cinco por cento de acréscimos quinquenais, de acordo com o Art. 170, da citada Lei 6174; vinte por cento de adicionais, com fundamento no Art. 171, da mesma Lei 6174, cinquenta por cento sobre seus vencimentos, pela prestação de serviços extraordinários, de acordo com a Lei 6174, de 08 de junho de 1976; Função Gratificada, símbolo 2-F, de acordo com o Art. 140, inciso III, da referida Lei 6794 e Gratificação de Produtividade, conforme Art. 1o., da Lei 6641, de 04 de dezembro de 1974.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 15/06/77

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 472/77**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 4429, de 16/05/77, deste Poder,

**RESOLVE:**

mandar pagar a ALCEU CARDOSO PIRES filho do ex-funcionário aposentado deste Poder, Manoel Pires, falecido no dia 18 de abril de 1977, a título de auxílio funeral, nos termos do Art. 205, § 2o., da Lei número 6174, de 16/11/70, a importância correspondente a um (01) mês de remuneração ou provento.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 22/06/77

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 473/77**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 4123, de 09/05/77, deste Poder,

**RESOLVE:**

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16/11/70, ao acervo de serviço público de ALEXANDRE RADICHEWSKI, mat. 388, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio compreendido entre 12 de junho de 1968 e 12 de abril de 1973, antecipado em razão das férias referentes ao ano de 1972, contadas em dobro.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 22/06/77

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 474/74**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 4969, de 26/05/77, deste Poder,

**RESOLVE:**

conceder, a ISAURA BUENO, mat. 204, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 07 de setembro de 1976, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 22/06/77

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

**PORTARIA NÚMERO 535/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 5993, de 20 de junho de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

conceder à funcionária NEVINHA MARIA CARDOSO, matrícula número 595, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1976, a partir de 24 de junho de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de junho de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral